

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

Correio Braziliense

[Título: Mudança de regras avança](#) 8

[Título: O futuro do setor elétrico brasileiro](#) 10

Valor Econômico

[Título: Venda da Eletrobras dá R\\$ 9 bi extras para salvar São Francisco](#)..... 12

[Título: Câmara busca acordo para MP da mineração](#) 16

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Samarco ganha mais tempo para negociar indenizações..... 2

Título: Lava-Jato prende ex-gerente da Transpetro..... 3

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo4

Título: As cotações do petróleo suscitam dúvidas na IEA..... 4

Título: Direto da Fonte 5

Título: Eletrobrás ganha prazo para quitar R\$ 2,99 bi 5

Título: STF veta ação da Cemig para reaver Jaguará..... 6

VEÍCULO: Folha de S. Paulo6

Título: Italiana tem na mira distribuidoras da EletrobrasnoNE 6

Título: RS quer privatizar 3 empresas para conseguir socorro federal 7

VEÍCULO: Correio Braziliense.....8

Título: Mudança de regras avança	8
Título: Gasolina acumula alta de 19,34%	9
Título: O futuro do setor elétrico brasileiro	10
VEÍCULO: Valor Econômico	12
Título: Venda da Eletrobras dá R\$ 9 bi extras para salvar São Francisco.....	12
Título: Proposta na Câmara cria royalties de 10% sobre geração de energia eólica	14
Título: Aneel estende prazo para estatal pagar R\$ 2,9 bilhões para fundo de térmicas	15
Título: Câmara busca acordo para MP da mineração	16
Título: Enel vai investir R\$ 7 bi no Brasil	18
Título: Destaques	20
Título: Acordo da Cemig com credores agrada investidores	20
Título: WPP abre espaço para Bain no Japão.....	22
Título: Yara não descarta compra de ativos da Petrobras no país.....	24
Título: Cemig deve abrir nova safra de emissões externas.....	25

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor:

Título: Samarco ganha mais tempo para negociar indenizações

Justiça estende até abril de 2018 prazo para mineradora pagar prejuízos de acidente.

A Justiça brasileira deu mais tempo, até abril de 2018, às mineradoras BHP-Billiton e Vale para negociar as indenizações pelo rompimento de uma barragem que destruiu o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, e afetou outros municípios em Minas Gerais e no Espírito Santo, anunciou ontem a companhia anglo-australiana. O desastre em 2015 — maior acidente ambiental na história do Brasil — deixou 19 pessoas mortas após o rompimento de um dique com aproximadamente 40 milhões de metros cúbicos de resíduos de mineração da empresa Samarco, propriedade da Vale e da BHP-Billiton. A

Samarco deve pagar R\$ 155 bilhões em indenizações e gastos de limpeza da zona afetada.

Trata-se do valor exigido pelo Ministério Público Federal (MPF). Processos da União e de outros setores somam mais R\$ 20 bilhões em ações. “Samarco, Vale, BHP Brasil e os procuradores federais (...) pediram e foi acordado pela 12ª corte federal, outros 150 dias, até 20 de abril de 2018, para que as partes continuem negociando as demandas civis”, disse a BHP Billiton em comunicado. O tsunami de lama provocado pelo deslizamento também deixou milhares de pessoas sem água e se espalhou por mais de 600 quilômetros, até o Oceano Atlântico. Fauna e flora foram devastadas. As mineradoras já haviam recebido da Justiça, em junho, uma extensão de quatro meses para negociar um acordo das ações civis públicas movidas pela União e pelo MPF.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor:

Título: Lava-Jato prende ex-gerente da Transpetro

José Antônio de Jesus teria recebido R\$ 7 milhões em propina de construtora

Preso temporariamente na 47ª Operação da Lava-Jato, deflagrada ontem, o ex-gerente da Transpetro José Antônio de Jesus teria recebido parte da propina da construtora NM Engenharia em benefício do PT. Segundo o Ministério Público Federal (MPF), a empresa também realizava repasses ao PMDB a pedido da subsidiária da Petrobras para obter vantagens em contratos. O ex-funcionário é suspeito de ter recebido R\$ 7 milhões no período que vai de setembro de 2009 a março de 2014. Para mascarar a origem ilícita do dinheiro, o valor teria sido pago por meio de depósitos realizados em contas bancárias de familiares e intermediários de José Antônio.

O ex-gerente, ainda segundo o MPF, pediu para receber 1% do valor de contratos da empresa com a Transpetro como forma de propina — o valor final, no entanto, acabou sendo fixado em 0,5%. — Neste caso houve um dos esquemas mais rudimentares de lavagem de dinheiro da Lava-Jato. A propina saía da conta bancária da empresa de engenharia para a conta bancária de empresa do filho sem qualquer contrato ou justificativa para o repasse do dinheiro. Além disso, estão sendo investigados contratos entre a própria empresa do filho, controlada de fato pelo ex-gerente, e a Transpetro, o que pode indicar a inexistência ou falha grave de mecanismos de compliance — destacou a procuradora Jerusa Burmann Viegas.

DELAÇÃO RELATA PROPINA

As investigações começaram com a delação premiada de Luiz Fernando Nave Maramaldo, executivo da NM Engenharia. De acordo com a denúncia apresentada pelo MPF, Maramaldo relatou que o ex-diretor o procurou para pedir propina insinuando que a construtora poderia ser prejudicada em contratos futuros se não efetuasse os pagamentos. Segundo o delator, ao ser informado que a empreiteira já realizava pagamentos a Sérgio Machado, então presidente da Transpetro, José Antônio de Jesus teria dito que o dinheiro de Machado seria do PMDB e que os outros valores seriam destinados ao PT “de forma concomitante”. No documento, o MPF destaca que José Antônio fez doações para o comitê eleitoral do PT na Bahia em 2010. José Antônio foi preso em Camaçari, no interior da Bahia. A defesa dele não foi encontrada pelo GLOBO.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial Econômico

Autor:

Título: As cotações do petróleo suscitam dúvidas na IEA

O Relatório do Mercado de Petróleo divulgado há alguns dias pela Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês) levanta uma questão relevante para todos os participantes do setor: as cotações da commodity tendem ou não a se firmar em torno dos US\$ 60 o barril, 20% acima dos cerca de US\$ 50 o barril observado no primeiro semestre? A própria IEA, que faz parte dos órgãos auxiliares da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), não tem resposta cabal para a pergunta. Os fatores que impulsionaram as cotações do petróleo desde meados deste ano – e que persistiram entre setembro e outubro com uma alta de US\$ 1 a US\$ 2 o barril – foram a queda de cerca de 90 mil barris/dia (b/d) da produção do Iraque, a oferta insatisfatória da commodity pela Argélia, pela Nigéria e pela Venezuela e a produção inferior à esperada nos Estados Unidos, no México e no Mar do Norte.

Além, é claro, das perspectivas de uma demanda robusta, como sugeriam os relatórios anteriores da IEA. Houve alguma alteração no quadro político da Arábia Saudita, maior país produtor, onde o príncipe Mohamed bin Salman mandou prender dezenas de pares, mas a mudança não parece ter provocado “qualquer impacto no setor energético saudita”, segundo o relatório. Além disso, a IEA previu um leve recuo da demanda decorrente da alta de preços e da perspectiva de queda suave da temperatura no inverno do Hemisfério Norte, onde estão os maiores consumidores. Ao mesmo tempo, a IEA constatou um aumento da oferta de óleo por parte de produtores que não fazem parte da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep), inclusive o Brasil, graças ao pré-sal.

A divulgação do relatório de novembro ajudou a derrubar os preços dos tipos Brent e WTI, além de arrastar para baixo as cotações em bolsa de petrolíferas, como a Petrobrás. A projeção da IEA de superoferta de óleo no 4.º trimestre de 2017 e no 1.º trimestre de 2018 influenciou a queda de preços da commodity, bem como a notícia de que os estoques americanos superaram o previsto. Nos últimos meses, a Opep mostrou força política ao anunciar cortes da produção para manter preços altos. Mas isso depende da oferta global, inclusive da produção de tight oil norte-americano, e do vigor da retomada econômica no mundo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Caderno 2 / colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Direto da Fonte

Vale tudo?

Termina neste sábado o prazo de 120 dias para ratificação, pelo Congresso, das medidas editadas há três meses – todas em vigor – alterando o marco regulatório do setor mineral.

Pelo que se apurou ontem... não há a menor garantia de sucesso nessa empreitada. Ao contrário: o que mineradoras e técnicos preferem é recomeçar do zero.

Vale 2

São três as medidas. Uma cria a Agência Nacional de Mineração, substituindo o Departamento Nacional de Produção Mineral. Cobrança anual das empresas, que varia de R\$ 500 a R\$ 5 mil, garantirá sua sobrevivência.

A segunda altera 23 pontos do atual Código de Mineração. E a terceira, polêmica, versa sobre aumento das alíquotas dos royalties do setor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: Eletrobrás ganha prazo para quitar R\$ 2,99 bi

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) concedeu mais 90 dias de prazo para a Eletrobrás pagar uma dívida de R\$ 2,906 bilhões com um fundo setorial do governo. A empresa terá até 30 de janeiro para quitar os valores devidos. O

prazo original venceria neste mês, mas a companhia pediu que ele fosse adiado. A solicitação foi feita pela Eletrobrás após a Aneel retificar o débito, em 30 de outubro deste ano. Em agosto, quando a decisão foi tomada, o valor era de R\$ 2,99 bilhões, agora reajustado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor:

Título: STF veta ação da Cemig para reaver Jaguará

Em uma vitória para o governo, a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou ontem, por 3 a 0, recurso da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) para reaver a titularidade da usina hidrelétrica de Jaguará. Em setembro, o governo conseguiu leiloar, sob protesto, quatro usinas da Cemig, por R\$ 12,13 bilhões. O resultado foi 9,73% maior que o mínimo estabelecido.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: DA ENVIADA ESPECIAL A LONDRES

Título: Italiana tem na mira distribuidoras da Eletrobras no NE

- Sem citar nomes, a Enel, empresa italiana de energia, indicou que tem interesse na aquisição da Ceai e da Cepisa — distribuidoras da Eletrobras em Alagoas e Piauí, respectivamente —, segundo o presidente global do grupo, Francesco Starace.

"Estamos interessados em outras distribuidoras que a Eletrobras colocou à venda, assim como aconteceu com a Celg [Goiás], Mas não em todas, em algumas mais do que outras."

A estatal pretende privatizar as distribuidoras que atendem os Estados de Roraima, Rondônia, Acre, Amazonas, Alagoas e Piauí.

A jornalista viajou a convite da Enel

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: FERNANDA WENZEL - COLABORAÇÃO PARA A FOLHA, EM PORTO ALEGRE****Título: RS quer privatizar 3 empresas para conseguir socorro federal**

Venda precisa de aval de deputados para que não ocorra plebiscito

O governo do Rio Grande do Sul protocolou nesta terça-feira (21) na Assembleia Legislativa quatro projetos de lei para tentar obter socorro financeiro com a União.

Três deles pedem autorização para a privatização de três estatais sem a necessidade de plebiscito, conforme previsto hoje na Constituição. O quarto projeto pede que os deputados deem carta branca ao Executivo para firmar a adesão ao Plano de Recuperação Fiscal com a União, a exemplo do que já fez o Estado do Rio de Janeiro. Seriam privatizadas três empresas do setor de energia: a Sulgás, a Companhia Rio-grandense de Mineração e a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE).

A venda destes ativos está entre as principais contrapartidas exigidas pela Secretaria do Tesouro Nacional para a assinatura do plano. Com isso, o Rio Grande do Sul ficaria três anos (prorrogáveis por mais três) sem pagar as parcelas da dívida com a União, o que representaria um alívio de R\$ 11 bilhões de reais aos cofres públicos.

Além disso, o Estado poderia contratar novos financiamentos no valor de até R\$ 3 bilhões. Durante anúncio, o governador José Ivo Sartori disse que a adesão é "um respiro para que o Estado consiga concluir a sua travessia".

Os servidores estaduais estão recebendo os salários parcelados desde fevereiro do ano passado. O governo já tentou outras duas vezes encaminhar a privatização das estatais, mas os projetos nem sequer foram à votação na Assembleia.

O chefe da Casa Civil, Fábio Branco, disse que a impossibilidade de privatizar o conjunto das empresas não necessariamente inviabiliza o acordo de recuperação fiscal, mas pode diminuir o limite de novos financiamentos autorizado pela União.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Brasil**Autor:** Bernardo Bittar**Título:** Mudança de regras avança

Três medidas provisórias (MPs) que modificam antigas regras do setor da mineração foram analisadas ontem no plenário da Câmara dos Deputados. O objetivo é melhorar o ambiente de negócios entre as empresas e os municípios envolvidos em extração, principalmente Minas Gerais e Pará. Segundo estimativa do **Ministério de Minas e Energia (MME)**, a participação do setor subirá de 4% para 6% da economia do país com as atualizações. As MPs precisam ser apreciadas até 28 de novembro, ou perdem a validade.

Às 19h10 as MPs nº 789, nº 790 e nº 791, todas de 2017, foram colocadas na pauta do plenário da Casa. O pacote de mudanças que altera concessão e pesquisa e cria uma agência específica para regulamentação do setor. Além disso, muda a cobrança feita das mineradoras para, segundo parlamentares, “compensar os danos que a atividade traz aos municípios”. Se não forem enviadas ao Senado e voltarem para a Câmara até a próxima terça, as MPs vão caducar.

A MP nº 789/17, relatada pelo deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), impõe mudanças na Compensação Financeira sobre Exploração (Cfem) — taxa paga pelas mineradoras aos municípios — atualmente em 2%. A proposta era dobrar o valor dos royalties. À 0h de hoje, os deputados aprovaram destaque que o alterava para 3,5%. “É necessária uma mudança séria nesse aspecto, pois o valor repassado hoje é muito baixo”, afirmou Pestana.

A MP nº 790/17 altera o marco legal do setor e a MP nº 791/17 cria a Agência Nacional de Mineração (ANM) em substituição ao atual Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Para a comitiva de prefeitos que permaneceu nas galerias do plenário enquanto o assunto era discutido pelos deputados, os textos contemplam necessidades antigas e de implementação indispensável.

Segundo o deputado Caio Narcio (PSDB-MG), a ideia era “beneficiar os municípios, pois levam nossos minérios e não deixam mais nada”. “Precisamos desse dinheiro para ajudar esses lugares a se recompor. É uma questão de Justiça. Quero aqui dizer que estive com o presidente da Comissão de Minas e Energia de Minas Gerais, deputado estadual João Vitor Xavier (PRP-MG), e cobre resultados. Esse é nosso compromisso com o país e com uma causa que é justa e decente. Esse dinheiro vai ser investido em saúde e educação, porque, quando o minério for embora, vai ficar alguma coisa”, complementou.

“A crise econômica foi criada no centro do poder, na capital do país, mas quem está pagando essa conta é o trabalhador da ponta. É o prefeito, o cidadão. Precisamos criar mecanismos e encontrar soluções para ajudar a fazer com que a arrecadação aumente. No Maranhão temos linhas de trem por onde passam riquezas todos os dias e nunca vemos o resultado dessas riquezas”, declarou o deputado Weverton Rocha (PDT-MA).

“Aprovar isso é dar uma resposta à tragédia de Mariana, ajudar esse povo que ficou sem casa, dessa forma o Congresso consegue respeito, vamos aprovar 4% do faturamento bruto”, complementou o deputado João Fernando Coutinho (PSB-PE). Ontem, 456 deputados registraram presença no plenário da Casa para a votação das MPs, que precisam de maioria simples para serem aprovadas.

Até o fechamento desta edição, os textos das MPs não haviam sido votados.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni e Andressa Paulino

Título: Gasolina acumula alta de 19,34%

A Petrobras anunciou ontem nova redução no preço da gasolina, e alta de 0,6% no valor do litro do diesel. Os novos preços valem a partir de hoje. Apesar de ser a terceira redução consecutiva da gasolina em uma semana, os consumidores ainda não perceberam o movimento nas bombas de Brasília, como aponta pesquisa do Correio.

A nova política de ajustes nos preços da Petrobras, em paridade com a oscilação do barril de petróleo no mercado internacional, foi adotada em 3 de julho. Desde então, as mudanças de valor são praticamente diárias, com 93 reajustes. Apenas na semana passada, a gasolina sofreu dois aumentos — de 1,2% na terça e de 0,3% na quarta-feira — e dois recuos — de 3,8% na sexta-feira e de 1,4% no sábado. No acumulado, a alta foi de 19,34% na gasolina e de 24,39%, no diesel.

O novo modelo é elogiado pelos especialistas porque garante mais previsibilidade ao setor e também permite à petroleira acompanhar as condições do mercado e enfrentar a concorrência de importadores. Na decisão de revisão de preços pesam as informações sobre o câmbio e as cotações internacionais. O movimento também aumentou a competitividade do etanol. Em alguns estados, como São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás e Paraná, vale mais a pena abastecer com álcool.

Para Antonio de Pádua Rodrigues, diretor técnico da União Nacional da Cana-de-Açúcar (Única), o setor de biocombustíveis considera positiva a previsibilidade do novo modelo da petroleira. “A estagnação do preço e a retirada dos tributos para favorecer a Petrobras foram o pior dos mundos para todos. Hoje, os dois setores — derivados de petróleo e etanol — estão de acordo com o mercado”, avaliou.

Segundo o diretor da Única, o setor sucroalcooleiro registrou redução das vendas entre janeiro e setembro, em média, de 10% a 15%, porém, em outubro houve alta de 25% em relação ao desempenho do mesmo mês do ano passado. “Em novembro, também deve ocorrer elevação nas vendas por uma combinação de fatores: a gasolina aumentou muito e a oferta do etanol está maior este ano”, disse.

Rodrigues ressaltou, contudo, que os preços nas bombas não refletem as variações na mesma velocidade. “Eles sobem de elevador, mas descem de escada”, comparou. O executivo destacou, ainda, que outros fatores, como margem de lucro, carga tributária, política de preço das revendas e logística, influenciam na composição dos preços ao consumidor.

Cálculos da Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), cujo principal insumo dos associados é o diesel, mostram a disparidade da elevação do valor do combustível em relação à inflação. Enquanto o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) variou 3,07% entre janeiro e setembro, o diesel aumentou 5,75% no mesmo período. O maior pico, conforme a NTU, foi registrado em agosto (variação do IPCA de 0,19% e do diesel de 3,88%) por conta da reoneração de PIS/Confins no combustível.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Opinião

Autor: Alexandre Lopes

Título: O futuro do setor elétrico brasileiro

O setor elétrico brasileiro aguarda, com grande expectativa, as propostas de mudanças no marco legal do setor que deverão ser encaminhadas em breve pelo governo ao Congresso Nacional, conforme vêm afirmando publicamente diversos dos seus integrantes, já há algumas semanas. De fato, durante julho, o **Ministério de Minas e Energia (MME)** colocou em consulta pública (CP 33/2017), uma proposta de aprimoramento do modelo do setor elétrico. O pacote de mudanças tem o objetivo de ampliar a competição via mercado,

trazer eficiência para o setor e atrair novos investimentos. As alterações propostas pelo MME são muito positivas, não só para o setor elétrico, mas para a economia do País, sendo amplamente apoiadas pela Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel).

É importante recordar que no passado recente o dirigismo estatal, o personalismo e o preconceito sobre a capacidade das forças de mercado em promover a eficiência na alocação de recursos energéticos, ignorando o princípio constitucional da competição, levaram ao aumento dos custos setoriais e do preço da energia no Brasil.

Os diversos problemas enfrentados pelo setor elétrico ao longo dos últimos anos, decorrentes principalmente dos efeitos da Medida Provisória nº 579/2012 e da excessiva intervenção do governo, demonstram a necessidade e a urgência de aprimorar o modelo setorial vigente, de modo a introduzir mecanismos competitivos, a correta alocação de riscos entre os agentes e consumidores e o aprimoramento da formação de preços, que produzam os sinais corretos para a eficiência alocativa e produtiva.

A atual realidade brasileira mostra um afastamento dos principais mercados de energia elétrica ao redor do mundo, que já passaram por reformas e ajustes importantes, que deram ênfase aos sinais econômicos adequados, como a abertura do mercado, com o alinhamento entre a liberdade de escolha de todos os consumidores, e penetração das energias renováveis e da geração distribuída em bases comerciais. Tais mudanças geraram novos produtos e serviços comerciais aos consumidores.

Diante desse cenário, visando o desenvolvimento sustentável do setor e a atração de investimentos privados, a Consulta Pública nº 33 do MME propõe uma série de medidas para melhorar o ambiente de negócios do setor e tornar o mercado mais eficiente. Entre as principais mudanças propostas pelo MME, sem dúvida as que trarão maior impacto e maiores ganhos de eficiência são: (i) a ampliação do mercado livre; (ii) o aprimoramento do modelo de formação de preços; (iii) a separação entre lastro e energia; e (iv) a racionalização dos inúmeros subsídios setoriais.

Com efeito, a abertura ao diálogo pelo governo, a submissão ao debate público das propostas de mudanças, a transparência das decisões e o fim do intervencionismo no setor elétrico já se configuram em importantes avanços para a melhoria do ambiente de negócios e atração de novos investimentos. Em paralelo, o governo também tem sinalizado que outras importantes medidas para o setor, como a redução da participação estatal no capital social, e por

consequente, na governança da Eletrobras, bem como uma proposta de solução estrutural para o problema do GSF devem ser encaminhadas ao Congresso Nacional nos próximos dias.

Nessa direção, a sociedade deve cobrar do Congresso Nacional celeridade na apreciação das medidas, de forma que o conjunto de propostas apresentado pelo governo possa ser implementado com urgência, de modo que o setor elétrico brasileiro possa rapidamente se tornar mais eficiente e competitivo, tornando-se um vetor para a retomada do crescimento da economia brasileira e a geração de empregos e renda para o país.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner e Camila Maia | De Brasília e São Paulo

Título: Venda da Eletrobras dá R\$ 9 bi extras para salvar São Francisco

Em uma iniciativa que busca minar a forte resistência de governadores e parlamentares do Nordeste, as ações de revitalização na bacia hidrográfica do rio São Francisco vão ganhar um reforço de R\$ 9 bilhões com a transferência de controle da Eletrobras para o setor privado. Os recursos estão previstos no projeto de lei que autoriza a privatização da companhia. Com dez dias de atraso em relação ao anúncio feito pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, o texto da proposta seguiu ontem para uma análise final da Casa Civil.

Segundo auxiliares diretos do presidente Michel Temer, a recuperação do São Francisco ficará com R\$ 350 milhões anuais do 1º ao 15º ano de contrato das hidrelétricas "descotizadas"; o montante será de R\$ 250 milhões do 16º ao 30º ano. As novas concessões vão ter 30 anos de vigência.

O dinheiro sairá exclusivamente das usinas operadas atualmente pela Chesf no regime de cotas - preços fixos que remuneram apenas os custos de operação e manutenção dos ativos. O complexo de Paulo Afonso (na Bahia) e Xingó (entre Alagoas e Sergipe) estão entre esses ativos.

Ao trocar o regime de cotas por tarifas de mercado, o governo cobrará um bônus de outorga na assinatura dos novos contratos. A Eletrobras fará um aumento de capital, com participação exclusiva do setor privado, para captar os recursos necessários ao pagamento. Isso implicará perda do controle acionário da União.

Nos últimos dias, foi definida a origem do dinheiro para as ações no São Francisco. A equipe econômica apresentava resistências aos números propostos pela área política. Houve ainda uma tentativa de elevar os valores para R\$ 500

milhões por ano. O dinheiro "carimbado" para revitalização não será pago à vista, mas em parcelas anuais pela Eletrobras.

Como se cria uma nova obrigação de pagamento ao longo de todo o contrato, o ganho adicional da Eletrobras com a "descotização" - e que será convertido em bônus de outorga das usinas - será menor, reduzindo a arrecadação imediata para o Tesouro. Por isso, havia ressalvas da Fazenda e do Planejamento a esse desenho, que só foram contornadas mediante a interferência do Palácio do Planalto.

Apesar disso, o montante é baixo em comparação com as receitas potenciais da Eletrobras com a venda da energia que será descotizada. Dos 7.877 megawatts (MW) médios que a estatal tem hoje no regime de cotas, 5.480 MW médios são da Chesf, por meio de sete usinas. Se esse montante for recontratado ao preço médio de R\$ 150 por megawatt-hora (MWh), a Eletrobras poderá ter um faturamento bruto anual de R\$ 7,2 bilhões com as hidrelétricas. Para efeito de comparação, a receita anual de geração (RAG) dessas mesmas usinas no ciclo 2016/2017 foi fixada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) em R\$ 1,2 bilhão.

Será dessa diferença entre o valor recebido atualmente pela Eletrobras no regime de cotas e a nova tarifa que a Chesf vai tirar os recursos para pagar a contribuição ao São Francisco. O montante total é significativo para o programa de revitalização do rio, mas não chega a representar uma grande fatia do lucro que a Eletrobras privatizada poderá obter.

Para o núcleo político do governo, essa "amarração" tende a minar boa parte da resistência de governadores do Nordeste à privatização da Eletrobras. Eles chegaram a enviar uma carta conjunta ao Planalto pedindo a preservação da Chesf como estatal.

O governo também espera diminuir as críticas de parlamentares não só da bancada nordestina, mas também de Minas Gerais, que tradicionalmente exercem influência sobre a administração de Furnas. Minas e o Estados do Nordeste são os beneficiários diretos das ações de revitalização.

No ano passado, Temer lançou o Novo Chico, programa de recuperação do rio São Francisco que previa investimentos de R\$ 7 bilhões em dez anos. O programa tem dois pilares básicos: melhorar a qualidade dos recursos hídricos (principalmente reforçando o sistema de coleta e tratamento de esgoto) e aumentar a vazão do rio (recompondo matas ciliares que ajudam na absorção da água das chuvas pelo subsolo).

O reservatório de Sobradinho (BA), por exemplo, está com apenas 2% de sua capacidade de armazenamento e teve a vazão reduzida para um mínimo histórico de 550 metros cúbicos por segundo a fim de economizar água.

O Novo Chico tinha R\$ 1,1 bilhão assegurados em 2017 pelo Orçamento Geral da União (OGU), sobretudo em obras de saneamento básico financiadas pelo Ministério das Cidades, mas faltavam recursos para os nove anos seguintes. Com o dinheiro proveniente da "descotização" de usinas da Chesf, busca-se dar uma fonte de recursos não contingenciáveis e fora do OGU para blindar o programa de cortes.

Fontes da área ambiental, no entanto, ponderam que nem mesmo esse orçamento será suficiente. Nas discussões para a elaboração do programa, os técnicos apontavam a necessidade de R\$ 30 bilhões para a recuperação do São Francisco. Mesmo assim, trata-se de uma relevante ajuda financeira ao programa e deve acuar os críticos da privatização.

A revitalização do São Francisco terá um comitê executivo formado por quatro ministros (Casa Civil, **Minas e Energia**, Integração Nacional e Meio Ambiente) e governadores dos Estados que integram a bacia (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Goiás e Distrito Federal). Esse comitê estabelecerá anualmente as diretrizes estratégicas do Novo Chico, com os projetos contemplados.

No total, as 14 hidrelétricas da Eletrobras no regime de cotas tem 7.877 MW médios de garantia física. Se toda essa energia for recontratada ao preço médio estimado de R\$ 150/MWh, o faturamento anual poderá chegar a R\$ 10,3 bilhões, contra R\$ 2,2 bilhões hoje.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Daniel Rittner | De Brasília

Título: Proposta na Câmara cria royalties de 10% sobre geração de energia eólica

Diante do crescimento da fonte eólica na matriz brasileira, o Congresso Nacional avança nas discussões de uma proposta que estabelece royalties de 10% sobre a produção da energia gerada pelos ventos e atemoriza investidores do setor. Trata-se de um assunto com apelo na bancada do Nordeste, onde as usinas eólicas já chegam a representar mais de 50% de toda a eletricidade produzida na região durante o período de estiagem e têm sido cruciais para evitar problemas no abastecimento.

Uma emenda constitucional de autoria do deputado Heráclito Fortes (PSB-PI) só não foi votada ontem, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), devido a um pedido de vista. A PEC torna os ventos um bem público da União e, portanto, passíveis de cobrança de royalties. Fortes também apresentou um projeto de lei que institui efetivamente o pagamento. A versão atual do texto prevê uma alíquota de 10% - cujos recursos seriam destinados majoritariamente aos Estados e aos municípios com usinas.

Ironicamente, a proposta de "taxação dos ventos" chega no mesmo momento em que está para ser votada a MP 795, medida provisória com incentivos tributários para a indústria de petróleo e gás até o fim de 2039. Ao mesmo tempo, o Brasil se candidata para sediar a COP-25, a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em 2019.

Para investidores do setor, a proposta pode minar decisivamente a competitividade das eólicas na comparação com outras fontes, inclusive fósseis. Eles alegam que os ventos são um recurso infinito (ao contrário dos hidrocarbonetos) e sem impactos socioambientais (como os reservatórios de usinas hidrelétricas).

"As fazendas eólicas ocupam vastas áreas, por onde se espalham inúmeras torres, que suportam turbinas de grandes dimensões", argumenta Fortes, na justificativa da proposta. "Essas instalações limitam [...] outras atividades econômicas nos mesmos espaços geográficos. O turismo, por exemplo, grande fonte de renda do litoral do Nordeste, sofre danos irreparáveis."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rafael Bitencourt | De Brasília

Título: Aneel estende prazo para estatal pagar R\$ 2,9 bilhões para fundo de térmicas

A diretoria da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estendeu o prazo de pagamento do valor R\$ 2,9 bilhões devidos pela Eletrobras à Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), fundo criado para custear a geração das termelétricas nos sistemas isolados. Devido à análise dos recursos apresentados pela estatal, o comando da agência decidiu dar início à contagem do prazo de 90 dias a partir da retificação do valor original (R\$ 2,998 bilhões), publicada no dia 30 de outubro.

A dívida da Eletrobras com o fundo foi calculada pela Aneel a partir da identificação de repasses indevidos do fundo setorial à companhia estatal no período de sete anos. Os recursos foram recebidos pela subsidiária Amazonas

Energia. As irregularidades foram identificadas nas operações de compra de combustíveis da Petrobras para abastecer as térmicas na região Norte.

A primeira cobrança feita pela Aneel ocorreu em meados de agosto. O prazo de pagamento venceu na sexta-feira. Ainda na fase de fiscalização, a agência chegou a estimar um valor preliminar de dívida de R\$ 3,7 bilhões da Eletrobras com o fundo.

No momento em que a diretoria tomou a decisão, o diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, afirmou que, apesar da postergação do prazo de pagamento, ainda há a expectativa de que os valores gerem receita para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) de 2018, o que contribuiria para reduzir o déficit a ser repassado aos consumidores por meio de alta das contas de luz.

Ontem, a Aneel aprovou o edital de dois leilões destinados à contratação de energia elétrica proveniente de usinas existentes. Os leilões A-1 e A-2 serão realizados no dia 22 de dezembro.

O edital definiu o preço-teto de R\$ 217 por megawatt-hora (MWh) para a energia a ser contratada no leilão A-1, com início de suprimento em 1 de janeiro de 2018. Já o preço máximo da energia do leilão A-2 foi fixado em R\$ 193, com entrega a partir de janeiro de 2019. Para os dois leilões, o prazo de suprimento é de dois anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Política

Autor: Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro | De Brasília

Título: Câmara busca acordo para MP da mineração

Deputados costuravam ontem acordo para aprovar a medida provisória (MP) que muda os royalties da mineração com a elevação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (Cfem) sobre o minério de ferro de 2,0% da receita líquida para 3,5% sobre o faturamento bruto - que inclui gastos como frete e seguros. O texto era votado ontem à noite no plenário da Câmara dos Deputados.

Após pressão da Vale e da articulação do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), o percentual seria um pouco menor que os 4,0% aprovados pela comissão que discutiu a MP. Segundo o relator do projeto, deputado Marcus Pestana (PSDB-MG), a redução fez parte de um acordo para evitar que a proposta perca a validade, o que ocorrerá se não for aprovada pela Câmara e Senado até dia 28, terça-feira. Maia ameaçava não votar o texto sem a redução.

O governo defendia um modelo diferente, em que o royalty variaria de 2,0% a 4,0%, de acordo com a cotação internacional do ferro, principal minério exportado pelo Brasil. Com apoio dos prefeitos, que defendiam uma regra mais previsível e arrecadação maior, Pestana estabeleceu uma alíquota fixa, com a possibilidade de ser reduzida a 2,0% apenas para minas que justifiquem ter "baixo desempenho". As mais produtivas não teriam o benefício.

A Vale defendeu aos deputados que o aumento do percentual dos royalties a prejudicará frente a outras mineradoras internacionais por causa do "custo-brasil" e de outros tributos, como o imposto de renda, que seria mais alto que em outros países. O deputado José Carlos Aleluia (DEM-BA) apresentou, com o PMDB, destaque para elevar a Cfem do ferro a 3,0%, mesmo valor defendido pelo **ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho**.

Pestana, contudo, defendeu a elevação dizendo que os royalties brasileiros são os menores do mundo. "O royalty não é tributo. É uma compensação para a extração de um bem que vai e não volta", afirmou. Ele argumentou que não é contra as empresas e que reduziu a Cfem para outros minérios em relação ao que propunha a MP, como o calcário para agricultura, potássio, fosfato, minerais para a construção civil, a água mineral e termal. A ideia é estimular a produção nacional e investimentos nesses setores.

Alinhada com os prefeitos e com críticas as grandes mineradoras, a oposição defendeu a alíquota maior para o minério de ferro, mas insistia em 4,0%, o que tinha travado a discussão.

Sem o aval do governo, que defendia as alíquotas flutuantes ou de no máximo 3,0% para o ferro, o apoio ao projeto foi costurado pelas bancadas de Minas Gerais e Pará, principais Estados beneficiados, com a redistribuição dos recursos arrecadados, que passarão a ser divididos com municípios afetados indiretamente pela mineração, como cortados por ferrovias ou com portos.

Num acordo costurado ontem a noite, Pestana aceitou sugestões da oposição. Os municípios afetados pela mineração saltaram para 15% da Cfem. Os Estados tiveram sua parcela reduzida ainda mais, de 23% para 15%. A fatia do governo federal cairá de 12% para 10% e os municípios mineradores terão 60% (era 65%). Como deve ocorrer um aumento generalizado nos royalties caso a MP seja aprovada pelo Congresso, isso seria compensado, diz o relator. A estimativa do Ministério da Fazenda era ampliar a arrecadação de R\$ 1,8 bilhão para R\$ 3,3 bilhões com a versão inicial da MP, valor ainda não revisto.

Outra mudança realizada ontem foi manter a alíquota do ouro em 1,0% (o governo tentava aumentar para 2,0%) e reduzir a dos fertilizantes para 0,2% (o governo propunha sugeria 2,0%).

Numa sessão acompanhada por prefeitos de municípios mineradores e empresários do setor, a Câmara ainda não tinha votado a MP até o fechamento desta edição. Outra parte da reforma no setor está praticamente descartada. A MP que muda o Código da Mineração, com novas regras para a exploração de jazidas, deve perder a validade. Já a que cria uma Agência Nacional de Mineração (ANM) ainda é negociada.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | De Londres

Título: Enel vai investir R\$ 7 bi no Brasil

Após comprar a distribuidora goiana Celg e a hidrelétrica mineira de Volta Grande, a elétrica italiana Enel prevê investir € 1,8 bilhão (o equivalente a cerca de R\$ 7 bilhões) no Brasil nos próximos três anos. O valor, que representa pouco mais de 10% do investimento global do grupo para o período (€ 14,6 bilhões), não inclui potenciais novas aquisições de ativos no país. Na mira estão distribuidoras da Eletrobras e o controle da Light, distribuidora que atende a região metropolitana do Rio de Janeiro e que tem potencial de sinergia com a vizinha Enel Distribuição Rio (antiga Ampla Energia), dos quais a companhia manifestou interesse.

Segundo o diretor financeiro mundial do grupo italiano, Alberto de Paoli, do montante previsto de investimentos para o período 2018-2020 no Brasil, € 1,5 bilhão serão destinados à área de distribuição e € 300 milhões para a conclusão de projetos de geração de energias renováveis (eólica e solar) e soluções de digitalização.

De acordo com o executivo, a companhia deve fechar 2017 com investimentos no Brasil da ordem de € 1,5 bilhão. Considerando o plano de negócios 2017-2019 do grupo, que era de € 3,2 bilhões, a previsão de investimentos para os próximos anos está em linha com o que o grupo havia planejado no ano passado.

Paoli destacou que os recursos aportados neste ano não incluem a quantia desembolsada este ano na conclusão das aquisições da Celg (R\$ 2,2 bilhões) e da hidrelétrica Volta Grande (R\$ 1,4 bilhão), que pertencia à Cemig.

Sobre novas oportunidades de negócios, o presidente mundial gigante europeia de energia, Francesco Starace, confirmou o interesse na Light, mas disse que "até agora, não é um processo com o qual podemos trabalhar".

A respeito das seis distribuidoras da Eletrobras no Norte e Nordeste que deverão ser leiloadas em abril de 2018, o executivo sinalizou interesse maior pela Ceal, em Alagoas, e Cepisa, no Piauí, situadas próxima da Enel Distribuição Ceará (antiga Coelce).

"Estamos interessados em outras distribuidoras que a Eletrobras vai colocar no mercado, assim como aconteceu com a Celg. Estamos interessados, mas não em todas elas, algumas mais que outras", afirmou Starace, após participar de encontro com investidores sobre o plano de negócios do grupo para 2018-2020. "Não é segredo que temos mais interesse nas distribuidoras que estão geograficamente próximas das que temos", completou ele, sem citar o nome das empresas.

O presidente mundial da Enel contou ainda que o grupo vai participar dos leilões de energia "A-4" e "A-6" (que contratarão energia de novas usinas para início de fornecimento em 2021 e 2023, respectivamente), marcados para dezembro. "Somos um dos participantes ativos desses fantásticos leilões. E claro que vamos participar dos próximos".

Segundo o chefe global de energias renováveis do grupo, Antonio Cammisecra, o Brasil é um dos países de interesse da companhia no desenvolvimento de projetos de "build, sell and operate", ou empreendimentos de energias renováveis que a empresa constrói, vende geralmente 51% da participação e mantém a operação do parque com uma fatia menor. Esse modelo de negócio já foi adotado nos Estados Unidos e México.

Conforme Paoli, o resultado operacional medido pelo Ebitda (sigla em inglês para lucro antes de juros, impostos, depreciações e amortizações) da empresa no Brasil deve crescer de € 960 milhões, estimados para 2017, para € 1,49 bilhão em 2020 - maior 55%. Na mesma comparação, o Ebitda na América do Sul crescerá 40%, para € 5,6 bilhões.

O continente será responsável por 60% (ou € 1,6 bilhão) da alta estimada do Ebitda global da companhia italiana, de € 15,5 bilhões, este ano, para € 18,2 bilhões, em 2020. "A América do Sul é a região que contribui mais para o crescimento do Ebitda. Isso é resposta ao nosso investimento e em aquisições na região", disse.

Voltando à projeção de investimentos no Brasil, do montante previsto para o período 2018-2020, € 560 milhões serão destinados ao "turnaround" (virada) da Celg. Segundo o chefe da linha de negócios global de infraestrutura de redes da Enel, Livio Gallo, a meta da empresa é obter um crescimento de 21% do valor da base de remuneração de ativos da Celg e uma economia de € 85 milhões de despesas operacionais da distribuidora.

Na frente operacional, a meta é reduzir em três pontos percentuais o índice de perdas totais, de 12% para 9% da distribuidora goiana, e em 40% o tempo de duração de interrupções da Celg, de 1.722 minutos/ano para 1.043 minutos.

Dentro do plano global, a Enel prevê investir € 5,3 bilhões na digitalização da base de ativos, operações, processos e conectividade em três anos. A expectativa da empresa é que a área de digitalização gere Ebitda adicional cumulativo de € 1,9 bilhão nos próximos três anos. Segundo a companhia, 60% desse aumento virá do crescimento da margem e 40% por meio de redução de despesas operacionais em base cumulativa.

Nessa frente de atuação, a empresa lançou ontem a nova marca do grupo, "Enel X", dedicada a negócios de mobilidade elétrica e serviços digitais para residências, indústrias e cidades. A Enel X também atuará no Brasil, herdando o que foi da Enel Soluções.

O grupo italiano, que iniciou seu processo de internacionalização em 2001, atua hoje em mais de 30 países com capacidade instalada de 83 mil MW e redes de energia de 2,1 milhões de quilômetros de cobertura, atendendo a mais de 64 milhões de consumidores no mundo. Em 2016, a companhia teve faturamento de € 70,6 bilhões.

O repórter viajou a convite da Enel

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Minério cai 1,53%

Após atingir seu maior valor para novembro na segunda-feira, o minério de ferro registrou queda ontem de 1,53% no mercado à vista chinês, para US\$ 62,50 a tonelada, segundo o índice da "Metal Bulletin". A referência é o produto com pureza média de 62% entregue no porto de Qingdao.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Seção:	Empresas
Autor:	Camila Maia e Marcelle Gutierrez De São Paulo
Título:	Acordo da Cemig com credores agrada investidores

O acordo fechado pela Cemig com os principais credores para reestruturação da dívida, embora não resolva a situação da companhia no médio prazo, foi bem recebido por investidores ontem, por resolver a necessidade de liquidez no curto prazo.

A Cemig informou na segunda-feira que celebrou um acordo para refinanciar até R\$ 4 bilhões com vencimento no curto e médio prazo. No caso da Cemig Geração e Transmissão (Cemig GT), a dívida voltará a ser paga a partir de julho de 2019. Já os valores de curto prazo da Cemig Distribuição (Cemig D) começam a ser pagos em janeiro de 2019.

A notícia, que era esperada desde julho, quando a Cemig já falava que iria anunciar um acordo com os credores "dentro de algumas semanas", provocou alta nas ações da companhia no pregão de ontem. Ao fim de setembro, a Cemig tinha R\$ 3,5 bilhões vencendo em 2017 e outros R\$ 3,9 bilhões em 2018.

A reestruturação resolve esse problema de solvência imediata, mas a Cemig continua em uma situação financeira complicada, com o vencimento no fim do mês da opção de venda dos bancos sócios na Light contra a companhia. A mineira, que tinha pouco mais de R\$ 500 milhões em caixa ao fim do terceiro trimestre, vai precisar desembolsar R\$ 1,4 bilhão nessa operação.

Outro problema apontado por analistas foi a falta de transparência da companhia ao informar o acordo com bancos. Uma dúvida é qual a taxa que a Cemig vai pagar. O comunicado divulgado ao mercado não entrou em detalhes, dizendo apenas que a "nova dívida está em linha com as taxas praticadas pelo mercado para empresas do porte da Cemig, que é forte geradora de caixa".

A companhia teve os ratings de risco rebaixados recentemente por duas agências de classificação, Fitch e Moody's, ambas citando o progresso limitado que a empresa teve nas vendas de ativos e redução de endividamento. Segundo analistas que falaram na condição de anonimato, o rating da companhia e a não divulgação das taxas podem indicar que a companhia vai pagar caro pela operação.

Em relatório, o Goldman Sachs disse ter calculado que os débitos da estatal com vencimento em 2018 foram reduzidos de R\$ 7,5 bilhões para R\$ 3,5 bilhões. Esse montante representa 84% do Ebitda projetado pelo banco para a companhia, contra 181% no cronograma anterior. "Como não foram informados detalhes sobre o custo da dívida refinanciada, notamos que os custos de rolagem de dívida podem ter aumentado como resultado do acordo", escreveram os analistas Bruno Pascon, Victor Hugo Menezes e Gabriel Francisco.

O banco calcula que para cada ponto percentual de alta no custo de rolagem da dívida, o impacto negativo no lucro líquido anual é de R\$ 37 milhões.

As ações preferenciais da Cemig fecharam em alta de 2,86% ontem, a R\$ 6,84. As ordinárias, por sua vez, subiram 1,52%, a R\$ 6,68. Com isso, voltaram a ter um prêmio em relação ao preço determinado pela estatal para o aumento de capital da companhia, de R\$ 6,57 por ação.

O prazo para subscrição vai até o fim do mês. Com a valorização das ações, aumenta a chance de que a operação tenha uma adesão razoável, ajudando a levantar recursos para o caixa da empresa. A oferta pretende levantar até R\$ 1,3 bilhão. O governo de Minas Gerais se comprometeu a subscrever a operação, mas uma adesão dos minoritários depende da atratividade do preço das ações na bolsa.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Peter Wells e Leo Lewis | Financial Times, de Tóquio e Hong Kong

Título: WPP abre espaço para Bain no Japão

A WPP aceitou voltar atrás em uma ação judicial e vender sua participação na Asatsu-DK para a Bain Capital, removendo o maior obstáculo para a oferta de US\$ 1,3 bilhão da firma americana de investimentos em participações para comprar a terceira maior agência de publicidade do Japão.

Segundo a Bain Capital, o grupo publicitário britânico indicou que, caso a oferta de compra seja bem-sucedida, vai encerrar sua aliança de 20 anos com a ADK, como a Asatsu-DK é conhecida, e desistir dos procedimentos legais iniciados contra a agência japonesa, cujo relacionamento com a WPP vinha se deteriorando há anos.

Se a ADK fechar o capital, a empresa americana destacou que vai discutir um investimento da WPP como acionista minoritária não controladora em um veículo de investimentos da Bain Capital.

O negócio contribui para elevar para US\$ 31,3 bilhões o total anunciado neste ano em aquisições de empresas japonesas por firmas de private equity.

A ADK sustentava que era necessário romper sua aliança de 20 anos com a WPP, maior grupo publicitário do mundo, e acabar com a participação acionária cruzada entre as duas empresas, já que tem interesse em criar outras parcerias na área de publicidade digital e promover aquisições no exterior.

Pelos termos da aliança, a ADK tinha participação no grupo britânico avaliada em cerca de US\$ 550 milhões, enquanto a WPP era dona de quase 25% da empresa japonesa.

Inicialmente, a WPP havia comunicado não ter intenção de vender sua fatia pelo valor da oferta da Bain, apresentada no início de outubro, de 3.660 ienes por ação. Argumentava que a proposta "subavaliava significativamente" a ADK.

Em novembro, a WPP iniciou procedimentos legais contra a ADK, protestando contra a forma como ela tentava romper a relação. "Pensamos que eles não quebraram o acordo da forma certa", disse, na ocasião, o CEO da WPP, Martin Sorrell, ao "Financial Times".

O presidente da ADK, Shinichi Ueno, havia expressado confiança de que sua empresa poderia superar qualquer contestação jurídica. "Depois de consultar várias firmas de advocacia, estamos plenamente preparados para isso, então achamos que temos uma boa chance de vencer", disse ao "Financial Times".

A Bain disse estar satisfeita com o fato de a WPP ter mostrado apoio a um "término ordenado" da aliança com a ADK. "Agora esperamos que os outros acionistas da ADK reconheçam o valor atraente e a oportunidade de liquidez apresentada por nossa oferta de preço justo e ofereçam suas ações", disse David Gross-Loh, diretor da Bain. A data de encerramento da oferta de compra é 6 de dezembro.

A Silchester International, um grupo de investimento londrino com participação de 17,3% na ADK, também havia divulgado anteriormente que a oferta da Bain subestimava "substancialmente" a ADK e acrescentado que a administração da agência japonesa não havia buscado compradores alternativos com empenho suficiente. Não foi possível contatar representantes do fundo para comentar o assunto.

A transação da ADK vai ser a quarta maior compra de private equity no Japão em 2017, ampliando o ano recorde de investimentos em participações no país para um total de US\$ 31,3 bilhões em negócios em andamento envolvendo 72 empresas, segundo dados da Dealogic. O número inclui a aquisição da Toshiba Memory Corporation, por US\$ 17,7 bilhões, por um consórcio liderado pela Bain, que foi o maior negócio de private equity com uma empresa japonesa como alvo na história.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Kauanna Navarro | De São Paulo****Título: Yara não descarta compra de ativos da Petrobras no país**

Após anunciar a compra dos ativos remanescentes da área de fertilizante da Vale, a multinacional norueguesa Yara não descarta a aquisição de ativos da Petrobras no segmento de adubos nitrogenados.

"A gente não comenta ativos específicos, mas, obviamente, não podemos descartar um ativo como o da Petrobras. Assim como a gente não descartou a Vale, mas, em alguns momentos, ficou menos atrativo", disse Lair Hanzen, vice-presidente executivo da Yara International e presidente da Yara Brasil, em entrevista ao **Valor**.

Na sexta-feira, a companhia norueguesa anunciou a aquisição da operação de adubos nitrogenados e fosfatados da Vale, em Cubatão (SP), por US\$ 255 milhões, cerca de 60% abaixo das estimativas de mercado.

Segundo Hanzen, vários aspectos são levados em consideração na decisão de compra de ativos: dinâmica mundial do portfólio da companhia, caixa, preço das commodities e avaliações sobre o cenário futuro. "Tudo isso faz o ativo ser mais ou menos interessante em algum momento. Dentro disso, a gente não pode descartar um ativo como o da Petrobras, mas, hoje, especificamente, não existe algo claro", afirmou.

Em entrevista ao **Valor** em março, Hanzen sinalizou que os ativos da Vale não eram o foco da companhia. Na ocasião, ele observou que "o fato de a gente não ter comprado até agora, provavelmente, já diz algo". "Não é o fato de haver um ativo à venda que significa necessariamente que isso faz sentido. Precisa ver se faz sentido na estratégia do Brasil e na estratégia mundial", argumentou à época.

Na entrevista ontem, Hanzen disse que, naquela ocasião, a compra dos ativos da Vale em Cubatão era algo muito distante. "Não existia naquele momento nenhuma sinalização. Enfim, se dá uma conjunção de coisas que faz com que [uma negociação] seja interessante. Então, não descarto, mas não é algo específico agora que a gente esteja olhando ou focando".

O presidente da Yara Brasil afirmou que investimentos no país continuarão ocorrendo independentemente de novas aquisições. Apenas nos ativos recém-adquiridos, a Yara deve investir US\$ 80 milhões até 2020 em melhorias. Atualmente, a empresa também tem três grandes projetos em andamento no

país que, juntos, totalizaram R\$ 4 bilhões: um de mineração e produção de Serra do Salitre (MG), duplicação do parque fabril de Rio Grande (RS), e construção da primeira unidade de fertilizantes foliares no País, em Sumaré (SP).

Segundo o executivo, somente para manter a participação de mercado e a produtividade no país são feitos investimentos de, em média, US\$ 150 milhões por ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Daniela Meibak | De São Paulo

Título: Cemig deve abrir nova safra de emissões externas

A passagem do feriado americano de Ação de Graças, na quinta-feira, deve trazer uma nova safra de captações externas para empresas brasileiras. E a primeira a aproveitar a oportunidade é a Cemig. A elétrica mineira volta com uma nova tentativa de emitir US\$ 1 bilhão em bônus de sete anos. Ao lado dela, o Banco Votorantim prepara a venda de títulos perpétuos e elegíveis para compor capital nível 1 da instituição financeira.

A depender de como for a colocação desses papéis, o BTG Pactual e a Marfrig podem ser os próximos da fila para emitir dívida, de acordo com fontes que preferiram não ser identificadas. A expectativa é a de quatro a seis emissores irem a mercado até o fim deste ano, o que movimentaria algo entre US\$ 2 bilhões a US\$ 4 bilhões, de acordo com um banqueiro. O que não sair, ficará para a safra de janeiro, uma das mais fortes em todo o ano.

Não é a primeira vez que a Cemig tenta acessar o mercado internacional. A empresa estuda desde o ano passado fazer essa captação, chegou a conversar com investidores no segundo trimestre, mas as taxas exigidas na ocasião foram consideradas altas e a operação não foi para frente.

Uma série de encontros com investidores serão realizados entre os dias 23 e 28 de novembro e a expectativa é precificar a oferta no dia 29, de acordo com fontes. Os bancos coordenadores são Bradesco BBI, Citi, Deutsche Bank e Itaú BBA.

A oferta segue o processo de reestruturação financeira da companhia e acontece após o acordo com bancos credores para refinanciar dívidas com vencimento a partir deste ano, no valor de até R\$ 4 bilhões. Pelos cálculos do Goldman Sachs, essa renegociação reduzirá para R\$ 3,5 bilhões os débitos com vencimento em 2018, ante R\$ 7,5 bilhões anteriormente.

Apesar do reperfilamento com os bancos, a companhia segue com grandes cifras a vencer no curto prazo e com necessidade de alongar seus passivos. De acordo com dados da Anbima, a Cemig Distribuição tem R\$ 240,2 milhões em debêntures a vencer ainda neste ano e cerca de R\$ 2 bilhões no ano que vem. A Cemig Geração e Transmissão tem R\$ 1,9 bilhão em debêntures que vencem em 2018.

Na última semana, o superintendente de gestão de finanças corporativas da companhia, Eduardo Pereira Guimarães, disse em teleconferência com investidores e analistas que a empresa fez melhorias nas condições da oferta desde maio e que tem percebido uma movimentação positiva do mercado. "Tenho recebido ligações de investidores interessados."

O segundo na fila de emissão é o Banco Votorantim. A instituição fará reunião com investidores na Ásia, Europa e Estados Unidos entre os dias 23 e 29. A ideia é emitir títulos subordinados, perpétuos e elegíveis a compor o capital nível 1. Outra instituição financeira que estuda captar no exterior, segundo fontes, é o BTG Pactual. O banco tem em andamento uma oferta de recompra de até US\$ 390 milhões de seu bônus perpétuo, cujo prazo de adesão vai até 1 de dezembro.

A queda do risco país brasileiro tem favorecido o ambiente para captações internacionais - em tese, o custo fica menor. O spread do CDS do Brasil de cinco anos, uma espécie de seguro contra calote, era negociado ontem a 172 pontos-base. **(Colaboraram Marcelle Gutierrez e Camila Maia)**

MME / ASCOM .